

SABER CONVIVER COMO DIREITO DE APRENDIZAGEM

Maria Eduarda Moreira Tozetto ¹(UniSecal)

Pamela Nunes Pereira ² (UniSecal)

Adriana Aparecida Antoniacomi ³ Orientador (UniSecal)

Resumo: Este artigo tem como objetivo ampliar a discussão sobre a cultura de paz, no ambiente escolar, estendendo-a para a vida doméstica de um grupo de alunos de 5 anos de um CMEI da rede municipal de ensino de Ponta Grossa, bem como como o grupo de professores, pais ou responsáveis dos alunos. Utilizamos como metodologia a análise bibliográfica e a pesquisa-ação com diferentes grupos de participantes, buscando proporcionar uma compreensão aprofundada das questões da cultura de paz e aprendizagem sobre as emoções no contexto estudantil. Para tanto, utilizamos estudos de autores que falam sobre o assunto para termos uma vasta base teórica baseada não apenas em conhecimentos prévios, mas científicos e abrangentes, tratando de aspectos do tema abordado, como Candau (2012), Luria (1998), Schaffer (1992), Base Nacional Comum Curricular (2017), entre outros autores e documentos. Por fim, a pesquisa reconhece a importância da presença dessas discussões no ambiente escolar e destaca que a prática dessa cultura representa a construção de um caminho fundamental para a consolidação da pacificação do ambiente social.

Palavras-chave: Direito de aprender. Cultura de paz. Importância da paz no ambiente escolar.

KNOWING TO LIVE AS A LEARNING RIGHT

Abstract: This article aims to expand the discussion on the culture of peace, in the school environment, extending it to the home life of a group of 5-year-old students from a CMEI in the municipal education network of Ponta Grossa, as well as the group of teachers, parents or guardians of students. We used bibliographic analysis and action research with different groups of participants as a methodology, seeking to provide an in-depth understanding of the issues of the culture of peace and learning about emotions in the student context. To do so, we use studies by authors who talk about the subject to have a vast theoretical base based not only on prior knowledge, but scientific and comprehensive ones, dealing with aspects of the topic covered, such as Candau (2012), Luria (1998), Schaffer (1992), National Common Curricular Base (2017), among other authors and documents. Finally, the research recognizes the importance of the presence of these discussions in the school environment and highlights that the practice of this culture represents the construction of a fundamental path towards consolidating the pacification of the social environment.

Keywords: Right to learn. Culture of peace. Importance of peace in the school environment.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta como principal objetivo o trabalho pedagógico da cultura da paz como algo primordial ao cotidiano de nossas escolas, mas o mais importante, à formação de nossos alunos, bem como, para iniciar um projeto universitário à cultura de paz. É importante considerar alguns passos, é essencial garantir que as pessoas tenham consciência da importância da cultura de paz e das formas como ela pode ser promovida, por meio de

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia. mmoreiratozetto@gmail.com

² Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia. pam.nunesz123@gmail.com

³ Professora Orientadora, Pedagoga, Especialista em Educação. adriantoniacom@hotmail.com

atividades desensibilização, como palestras, workshops e campanhas de conscientização, a educação para a paz desempenha um papel significativo na construção de uma cultura de paz na sociedade.

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: no respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação; no pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; nos esforços para satisfazer as necessidades de desenvolvimento e proteção do meio-ambiente para as gerações presente e futuras; no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens; no respeito e fomento ao direito de todas as pessoas à liberdade de expressão, opinião e informação; na adesão aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade e entre as nações; e animados por uma atmosfera nacional e internacional que favoreça a paz.” (ONU, 2004).

O conceito de educação intercultural incorporado no currículo baseia-se nos mais amplos princípios de ensino: aceitação da diversidade e reconhecimento dos outros como sujeitos da sua própria personalidade e portadores da sua própria identidade cultural. Abraçar a diversidade é a primeira referência na luta pelos direitos humanos. A existência da diversidade humana na sociedade leva à transversalidade das culturas, ou seja, toda cultura é pluralista. Na prática, um comportamento intercultural, significa reconhecer a diversidade cultural, aceitar a existência de múltiplas culturas e desenvolver hábitos e atitudes mentais abertos ao diálogo com essas culturas.

Assumir que os objetivos da educação intercultural não incluem a adaptação do currículo aos interesses dos diferentes grupos culturais que frequentam a escola; propõe - se a elaboração de uma proposta curricular que incorpore essa perspectiva multicultural a partir de uma atitude coletiva definida pela escola como pluralismo cultural uma visão aberta e inclusiva das diversas culturas presentes na sociedade e na comunidade. No entanto, focar apenas no currículo oficial é insuficiente.

A educação intercultural transcende a administração escolar, a natureza das relações entre funcionários e alunos e o respeito demonstrado a todos que ali trabalham, em outras palavras, é uma mudança mental, uma mudança na forma como a pessoa pensa, sente e se comporta em relação aos outros. É importante ter em mente que os alunos trazem para a escola e para a sala de aula uma variedade de significados, valores, crenças e modos de agir que muitos autores chamam de cultura paralela ou currículo extracurricular.

Os alunos extraem sua forma de ver o mundo, como as pessoas, as diferentes culturas, povos etc., do filme, da TV, os vídeos, as conversas entre adultos e entre amigos, as revistas

populares, o rádio, entre outros que forma parte desta cultura paralelamente. O sistema educacional os professores devem entender como conectar essas culturas para ajudar os alunos a fazerem conexões entre sua cultura desenvolvida e sua cultura cotidiana, para que possam desenvolver ferramentas conceituais, modelos mentais e respostas emocionais que os ajudarão a interpretar a realidade.

Como nos afirma Candau (2012)

[...] questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história entre diferentes grupos socioculturais, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, religioso, entre outros. Parte-se da afirmação de que a interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e sejam capazes de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos socioculturais, o que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados (CANDAU, 2012, p. 127).

É importante que a criança entenda as diferentes fases de sua vida, a construção de sua história, dependências e conquistas para desenvolver o sentimento de valorização do próximo para construir uma cultura de paz, ela precisa entender as diferenças, o respeito e que construa sua própria autonomia, que aprenda a lidar com conflitos com os outros, que respeite os outros e a si mesmo, e é através da interação com os pais, com os adultos, que as crianças aprendem um modo de agir, de pensar, de sentir e descobrem que existem as outras pessoas, outras crianças. Ao vivenciarem suas primeiras experiências sociais, na casa, escola e na sociedade se constroem percepções e questionamentos sobre si mesmo e sobre os outros. Ao se envolver em relações sociais e cuidados pessoais, as crianças desenvolvem um senso de autonomia e autocuidado, bem como um senso de reciprocidade e interdependência com todos.

A perspectiva intercultural que defendo quer promover uma educação para o reconhecimento do 'outro', para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente incluídas (CANDAU, 2008, p. 23).

Cabe às escolas e aos professores garantirem que todos os cidadãos tenham acesso a ambientes intelectualmente estimulantes, de modo a aumentar a sua capacidade de reflexão crítica e de análise das condições que regem a criação e divulgação de conhecimentos e informações científicas. A informação é essencial, mas por si só, ela não estimula o conhecimento. A informação é um meio de adquirir conhecimento e uma ferramenta para fazê-lo, mas deve ser analisada e interpretada pelo conhecimento, a fim de evitar o controle sobre

os pensamentos e ações das pessoas. Isso pode ser feito filtrando e criticando as informações. Na esfera política, é importante enfatizar o declínio da confiança pública na ação de resolução de problemas, a rejeição das formas convencionais de representação política, o aumento do individualismo e a insensibilidade social. Essas características dão origem a novas formas de fazer política, destacando novos movimentos sociais e formas de organização que demonstram novos caminhos para o controle cidadão sobre o governo. Esses fatos abrem novas perspectivas sobre a finalidade da educação cívica, pois tornam necessário educar para a participação social, para o reconhecimento das diferenças entre os vários grupos sociais, para a diversidade cultural e para os valores e direitos humanos. Isso implica que o grau de participação popular nos processos de tomada de decisão da sociedade é determinado pela disponibilidade de oportunidades educacionais e outros recursos culturais, sejam essas oportunidades maiores ou menos acessíveis.

O referencial teórico desse artigo, intitulado “Saber Conviver Como Direito De Aprendizagem”, foi organizado em tópicos a serem discutidos para uma melhor compreensão para os leitores da pesquisa, sendo criado assim uma visão e organização mais limpa e de fácil entendimento.

Em um primeiro momento se faz necessário compreender sobre o conceito de aprendizagem e os conceitos de interculturalidade, com busca em teoria e estudos baseados no teórico Vera Maria Ferrão Candau (2008) vivenciando assim, a educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais no cotidiano escolar.

Na sequência, após esse entendimento mais amplo da temática, será discutido sobre a importância da aprendizagem como um direito cívico, e ampliação de laços afetivos com contribuição para o desenvolvimento também cognitivo da criança. Laços esses que são importantes na escola e na família.

Para finalizar, serão trazidas discussões sobre saber conviver como direito de aprendizagem, em uma cultura da paz em sala de aula e sua relação no processo ensino e aprendizagem. Relações essas que dependem da mediação do professor, o professor deve mediar e ao mesmo tempo perceber quando o aluno é autor e ator do processo de ensino - aprendizagem, também ser habilidoso, trabalhar na avaliação geral do contexto do seu aluno, valorizando, explorando e promovendo estímulos na aprendizagem cotidiana. O professor é um contribuidor necessário para a sociedade cívica crítica e sensata.

Luria (1988) explica:

O que quer que percebamos do mundo é percebido de maneira estruturada, isto é, como um padrão de estímulos. Nós reagimos e nos adaptamos a esses estímulos externos e, na realidade, todo o nosso comportamento equivale essencialmente a alguma acomodação mais ou menos adequada às diversas estruturas do mundo exterior (Luria, 1988, p. 86).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SABER CONVIVER COMO DIREITO DE APRENDIZAGEM: A CULTURA DA PAZ LEIS E DIRETRIZES

As Diretrizes da Organização das Nações Unidas, Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (1999), diz que: “para ter uma cultura de paz dentro das escolas é preciso criar um ambiente de paz no cotidiano da sala de aula, direcionando pequenos comportamentos com diálogo, a paz inclui autoconhecimento, uma troca emocional”.

A educação para a paz e convivências do cotidiano escolar e familiar, se faz com mudanças sociais e estruturais, com respeito aos direitos humanos, com aquisição de valores na solidariedade, uma justiça legalizada e fiel e a fraternidade fazendo parte do dia a dia, tanto ele familiar quanto o escolar.

(...) a escola pode ajudar promovendo uma educação que valorize as relações humana e sociais e tenha como exercício cotidiano a busca da solidariedade, da amizade, da cooperação, da construção da paz, do respeito, da ética e dos valores fundamentais da pessoa humana (NUNES, 2011, p.22).

Toda forma de conflito e violência dentro das escolas desperta uma série de consequências severas, afeta principalmente o rendimento na aprendizagem, necessitando envolver família e escola juntas, nesse processo, percebemos que fatores externos refletem internamente nas escolas, contribuem para o agravamento, comprometendo o aprendizado e as relações interpessoais do educando. A Educação para a Paz, no seu sentido mais amplo procura fazer a transição da cultura da guerra e da violência, para a cultura da não violência, do diálogo e da tolerância em sociedade, da agressividade para a tolerância, transmitir o amor e o respeito mútuo entre os seus, mostrar as diferenças e ser respeitado e dar o respeito é o ponto inicial da Cultura para Paz.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) justifica que a paz deve ser cultivada nas escolas, este sistema tenta promover uma cultura de paz em que as diferenças não sejam toleradas, desrespeitadas ou excluídas violentamente. Valores como educação, convivência, respeito, cooperação, ética e diálogo são cruciais para a vida da sociedade como

um todo, atualmente estão sendo desconsiderados.

Uma cultura de paz visa criar um ambiente propício ao diálogo, à resolução de conflitos e à construção de relações mais harmoniosas. A cultura da paz não é um tema, mas um processo de aprendizagem e construção, envolvendo todas as áreas da vida. Em suma, uma cultura de paz centra-se numa visão de mundo que valoriza a resolução de conflitos através do diálogo e da mediação e da renúncia a atitudes e ações violentas. Uma cultura de paz deve ser encorajada em todos os sectores da sociedade, incluindo a educação, a política, os meios de comunicação social e a sociedade civil. As escolas são espaços fundamentais para a promoção de uma cultura de paz, porque é nelas que se formam os futuros cidadãos. Além disso, uma cultura de paz ajuda a melhorar a saúde mental e emocional, uma vez que a violência e os conflitos são fatores de stress que afetam os níveis de bem-estar das pessoas.

Há muitas maneiras de promover e fomentar uma cultura de paz em sua comunidade. Algumas estratégias incluem: Educação para a paz: Integrar uma cultura de paz nos currículos escolares e promover atividades que incentivem a reflexão e o diálogo sobre o tema. Resolução de Conflitos: Ensina habilidades de negociação, comunicação não violenta e mediação de conflitos. Promover a diversidade: valorizar a diversidade cultural, étnica e religiosa e opor-se à discriminação e ao preconceito. Fortalecer a sociedade civil: Incentivar o envolvimento e a participação dos cidadãos nas atividades comunitárias. Desenvolver valores e atitudes importantes: Promover a empatia, a compaixão, o respeito mútuo e a solidariedade.

Trata-se de um espaço de aprendizagens, experiências pedagógicas, intercâmbios e diálogos permanentes, que visam o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz. Segundo a BNCC, tais finalidades se articulam aos elementos da formação integral dos estudantes, na medida em que fomentam a aprendizagem da convivência democrática e cidadã, princípio básico à vida em sociedade (BRASIL, 2018).

Justamente mostrar e denominar as emoções em nosso cotidiano como remetentes do papel fundamental que é o eu e o outro, despertado na educação infantil e refletido na vida adulta, trazem a compreensão que a afetividade faz parte do processo do desenvolvimento humano e que o trabalho pedagógico desde a educação infantil, em muito contribui com este processo.

2.2 DIREITOS E DEVERES DA CRIANÇA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2002) além de trazer os direitos que os

adolescentes e crianças têm, traz também seus deveres, algumas regras que crianças e adolescentes precisam seguir e, que contribuem ao “desenvolvimento”, preparando-os para vida em sociedade, junto-a outras pessoas.

Já na Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), aparecem os deveres de todos os brasileiros e brasileiras, independentes da idade, sexo, da cor da pele e religião. Os deveres são:

- Respeitar ao próximo, independente do sexo, classe social, religião, opções e escolhas.
- Respeitar os pais e responsáveis;
- Respeitar os professores, educadores e demais funcionários da escola;
- Estudar e se preparar para vida em sociedade, realizando todas as tarefas com responsabilidade e dedicação;
- Respeitar as regras de convivência em família e sociedade;
- Respeitar a si mesmo;
- Participar das atividades culturais, esportivas, educacionais e de lazer;
- Preservar os espaços e ambientes públicos;
- Proteger o meio ambiente;
- Conhecer e cumprir as regras estabelecida (Nações Unidas, 1959).

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece as obrigações de todo adulto; e ao Estado Brasileiro, que protege os direitos das crianças e dos adolescentes. O ECA estabelece claramente os direitos de que gozam todas as crianças e jovens. As normas são cuidadosamente formuladas para garantir um tratamento jurídico eficaz. O ECA garante que todas as crianças e jovens possam viver uma vida com dignidade, saúde e felicidade.

Os direitos são:

- Direito a condições dignas de saúde;
- Direito à educação e cultura;
- Direito ao lazer – brincar, passear e se divertir;
- Direito ao respeito – ser respeitado em sua condição;
- Direito à proteção – contra violência física ou psíquica;
- Direito à dignidade – com direito a um nome, nacionalidade, alimentação e moradia;
- Direito à liberdade;
- Direito de ser amado e compreendido pela família e sociedade;
- Direito à convivência com familiares, seja ela natural ou adotiva;
- Direito à convivência a comunidade (Art. 53, contextualizando o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, 2002).

Aos adultos cabe reforçar os deveres e direitos que as crianças e os adolescentes têm.

É essencial preparar a criança e ao adolescente para a vida adulta, tornando-o um cidadão capaz de respeitar as diferenças e de conviver em sociedade. Portanto, os pais ou responsáveis devem compreender e cumprir seus papéis, a fim de prepará-los para a vida em sociedade. Em primeiro lugar, a escola promove a socialização dos estudantes, permitindo que eles interajam e colaborem com colegas de diferentes origens e culturas. Isso ajuda a desenvolver habilidades de comunicação, trabalho em equipe e respeito às diferenças, o que é essencial para a vida em sociedade.

Esses valores são fundamentais para a construção de relações saudáveis e para a convivência harmoniosa em sociedade, a escola também tem um papel importante na preparação dos estudantes para os desafios da vida adulta.

Em resumo, o papel da escola na preparação para a vida em sociedade vai além da transmissão de conhecimentos acadêmicos, a escola prepara os estudantes para a vida na sociedade de diversas maneiras. Isso é fundamental para a compreensão do mundo e para o desenvolvimento intelectual dos estudantes. São abordadas questões como ética, respeito aos direitos humanos, igualdade de gênero, combate ao preconceito e respeito ao meio ambiente. Isso inclui o cultivo de habilidades socioemocionais, como empatia, autorregulação emocional, resiliência, autoconhecimento e tomada de decisões conscientes, tais essas habilidades são fundamentais para lidar com as demandas e desafios da vida em sociedade. Essas atividades proporcionam oportunidades adicionais para os estudantes desenvolverem habilidades sociais, liderança, trabalho em equipe e autoestima, essas experiências e aprendizados contribuem para a formação integral dos estudantes e os preparam para enfrentar os desafios e responsabilidades na vida adulta.

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças de 1959 feita pelas Nações Unidas (ONU, 2010) é válida para o mundo todo e abrange o nosso país, como se fosse um acordo universal para um ótimo desenvolvimento de cada criança e adolescente. De acordo com o ECA

Art. 3º A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à

saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude (BRASIL, 1990).

Entre as principais proteções e direitos da criança é importante destacar que a família, o Estado e toda a sociedade têm a responsabilidade de garantir a implementação desses direitos e a proteção das crianças, tal como, envolve a promoção de políticas públicas adequadas, a criação de mecanismos de denúncia e proteção, bem como a conscientização da população sobre a importância desses direitos. A proteção e os direitos da criança são fundamentais para o desenvolvimento saudável da sociedade como um todo.

A Constituição Federal, em seu artigo 227, expõe:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Assim compreendemos que a Lei ela vem para regulamentar tal proteção à criança e ao adolescente e dar a liberdade e junto com o ECA para ensinar a cada criança e adolescente a entender seus deveres e seus direitos, e o saber conviver em conjunto com outras pessoas, respeitando e sendo respeitado civicamente.

Para ajudar crianças e adolescentes a entenderem seus deveres e direitos e a conviver em sociedade, é importante que a escola adote uma abordagem educativa que vá além do ensino acadêmico. Isso permite que os estudantes compreendam seus deveres e direitos como cidadãos, bem como a importância de respeitar as leis e contribuir para o bem-estar da sociedade. Essa prática ajuda a desenvolver o pensamento crítico e a habilidade de argumentação, preparando os estudantes para a convivência em sociedade. Esses projetos podem envolver a participação em ações voluntárias, parcerias com organizações sociais ou até mesmo a realização de projetos dentro da própria comunidade escolar, entretanto, permite que eles desenvolvam habilidades de resolução de problemas, negociação, tomada de decisões e empatia. Essas atividades ajudam os estudantes a compreenderem seus deveres e direitos e a aprenderem a lidar com diferentes situações sociais. Isso envolve a promoção de eleições

democráticas, treinamentos de liderança e oportunidades para que os estudantes organizem eventos, ações sociais e clubes estudantis. Essa participação ajuda a desenvolver habilidades de liderança, trabalho em equipe e responsabilidade comunitária, em resumo, a escola desempenha um papel crucial na educação dos estudantes sobre seus deveres e direitos, bem como no desenvolvimento de habilidades sociais necessárias para conviver em sociedade.

2.3 O ADULTO COMO MEDIADOR E ESPELHO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA

O importante papel dos adultos é apoiar e estimular o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. O pesquisador Schaffer (1992) acredita e afirma que os adultos podem apoiar o domínio, a compreensão e o desenvolvimento da criança em sua sociedade.

Ainda segundo o mesmo autor as crianças aprendem quando interagem com outras crianças e adultos (como pais e professores), e através dessa convivência criam estímulos e se desenvolvem em diferentes áreas. As crianças têm habilidades desde o nascimento e estão sempre em processo de aprendizagem, e os adultos estão presentes para apoiar e aprimorar seu desenvolvimento.

[...] o meio não pode ser analisado por nós como uma condição estática e exterior com relação ao desenvolvimento, mas deve ser compreendido como variável e dinâmico. Então o meio, a situação de alguma forma influenciam a criança, norteia o seu desenvolvimento. Mas a criança e seu desenvolvimento se modificam, tornam-se outros. E não apenas a criança se modifica, modifica-se também a atitude do meio para com ela, e esse mesmo meio começa a influenciar a mesma criança de uma nova maneira. Esse é um entender dinâmico e relativo do meio — é o que de mais importante se deve extrair quando se fala sobre o meio na pedagogia (VYGOTSKI apud VINHA; WELCMAN, 2010, p. 691).

Vygotsky afirma que a mediação entre crianças e adultos ocorre em situações nas quais ele tenta decidir sobre atitudes a serem tomadas, como seja forte e inteligente ao agir com os outros, o adulto está envolvido na interação entre a criança, é um mediador direto e experiente no campo do conhecimento e da experiência, a criança o vê como um indivíduo forte e por isso propício a uma rica interação no ambiente, Vygotsky retrata o professor como o organizador do ambiente socioeducativo, estimulando a interação desse ambiente com cada criança.

A Zona de Desenvolvimento Proximal oferece a possibilidade de progresso e auxilia a criança a progredir na articulação de seu conhecimento; ainda segundo Vygotsky, que analisou duas crianças que participaram de experimentos de probabilidade de mediação

diferentes, mas com a mesma idade mental e idade cronológica, a primeira criança foi estimulada e ajudada durante a atividade, a segunda criança não foi apoiada, seus resultados foram de imensa diferença. A Zona de Desenvolvimento Proximal é um conceito desenvolvido pelo psicólogo Lev Vygotsky que se refere à diferença entre o que uma criança é capaz de fazer sozinha e o que ela é capaz de fazer com a ajuda de um adulto ou de pares mais habilidosos, na ZDP estimulada, os adultos e educadores trabalham de forma intencional para identificar as habilidades em que a criança está próximo de dominar e fornecem o suporte necessário para que ela desenvolva seu potencial máximo. Uma maneira de ajudar a criança na ZDP é através da scaffolding (provém do inglês e significa “andaime”, ofertando estrutura linguística, e de um suporte de parâmetro, é possível ajudar uma pessoa com menos dons de fala a expressar verbalmente o que ela não poderia fazer sozinha), que envolve fornecer apoio adequado e temporário à medida que a criança se aproxima de realizar uma tarefa de forma independente. Além disso, é importante criar um ambiente estimulante e rico em oportunidades de aprendizagem, onde a criança se sinta segura para explorar, arriscar-se e cometer erros, em resumo geral, a Zona de Desenvolvimento Proximal estimulada e ajudada envolve identificar as habilidades em que a criança está próxima de dominar e fornece o suporte adequado para ela superar esses desafios e alcançar seu potencial máximo.

Já Moyles (2002), que também defende a mediação, este indica que é preciso a relação de mediação na aprendizagem, sendo assim afirma.

[...] o professor é o iniciador, o mediador, e o provedor da estrutura dentro da qual as crianças podem explorar, brincar e assumir a responsabilidade por sua aprendizagem, isso faz as coisas ficarem muito diferentes. Mais importante, esta abordagem certamente libera os professores para passar mais tempo com as crianças. O professor se torna um organizador efetivo da situação de aprendizagem, na qual ele reconhece, afirma e apoia as oportunidades para a criança aprender à sua própria maneira, em seu nível e a partir de suas experiências passadas (conhecimentos prévios) (MOYLES, 2002, p. 101).

Em que corrobora Dewey (1959) quando propõe que as crianças do ambiente escolar deveriam participar ativamente das aulas com o sendo crítico e criativo, pois as crianças da escola não participavam, apenas ouviam as palestras do professor, professor ensinava e o aluno apenas recebia o conhecimento de uma forma pronta e acabada, onde opiniões e ideias dos alunos não eram apreciadas. O ensino ainda era formal, centrado apenas nas informações dadas pelo professor, isto baseando-se em fatos e contos da história vivida por estudantes dos anos 80.

Oliveira Formosinho (2011), outra autora que defende a mediação do professor no processo de aprendizagem, aponta que o ambiente deveria proporcionar oportunidades para as crianças para participar do tempo escolar com qualidade, que a criança deve ser protagonista de sua história e o adulto por sua vez mediar situações onde a criança vai evoluir e aprender, trazer o problema para o aluno solucionar, um meio para que o mesmo faça o caminho e chegue na solução com ciência do “por que e como”, transmitindo a busca e a autonomia ativa.

O professor deve estimular a curiosidade e ao mesmo tempo ensinar a pensar e saber como usar as ferramentas disponíveis no século, mediar conceitos da teoria em elementos da vida prática, tais essas, como tecnologia, livros, meio social e outros, despertar a busca de quais as funções das utilidades oferecidas, propor para o educando como usar essas ferramentas para melhoria do meu cotidiano.

2.4 A IMPORTÂNCIA DE SE TRABALHAR EMOÇÕES NA INFÂNCIA

Entender as emoções leva um bom tempo, pois lidar com elas, até mesmo para os adultos é difícil. A emoção deve ser ensinada antes do letramento, da alfabetização, todos os seres humanos recebem sensações emocionais, que são as emoções e sentimentos. As emoções são expressões que o nosso corpo sente quando estamos em algum lugar, passando por alguma situação, as emoções são a alegria, tristeza, raiva, medo, amor, nojo, confuso, tranquilo, calmo e muitas outras.

Em algumas situações as nossas emoções podem fazer com que tenhamos algumas ações, como na tristeza começar a chorar, na alegria começar a rir, conseguir controlar a emoção, o seu sentimento é uma tarefa difícil para os adultos, e então imagina para as crianças conseguirem entender sobre seus sentimentos, quando o educador e a família trabalha os sentimentos das crianças, quando elas ainda são novas, ela vai crescer sabendo como ela deve controlar as suas emoções em diferentes momentos, em situações de problemas que encontrar pelo caminho de sua vida.

Temos que demonstrar para a criança que não é feio sentir essas emoções, que faz parte da vida dos seres humanos, mas temos que entender que muitas vezes por conta das emoções que estamos sentindo algumas ações erradas acabamos fazendo, e que isso pode nos deixar mais tristes por conta do que foi feito. A raiva quando é sentida devemos respirar e se acalmar, não dizer a criança que o que ela está sentindo é feio, mas conversar com ela e entender o porquê ela está se sentindo assim, sentir o medo não nos ajuda a se proteger por coisas que nos fariam mal, o nojo nos ajuda a saber o que é o bom, o que se pode fazer e o que não é bom, o que não

se pode fazer, todas as emoções nos ajudam a entender coisas que este mundo traz.

Aprender a emoções desde da infância facilita o desenvolvimento e o conhecimento da criança, ajuda no relacionamento com a sociedade, com as pessoas, crianças que estão ao seu redor, a solucionar problemas que aparecerão em sua caminhada, quando entendemos sobre as emoções que sentimos, aprendemos a entender também as emoções que as pessoas ao nosso redor estão sentindo, e então podemos ajudar a elas a como controlar seus sentimentos, e tudo isso começa desde da infância quando o educador ensina seus alunos, ou sua família ensina seu filho.

As emoções desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e no conhecimento da criança desde a infância, estão intrinsecamente ligadas ao bem-estar emocional, social e cognitivo de uma criança, a primeira infância é um período crucial para o desenvolvimento emocional, pois é quando as crianças começam a aprender a identificar, expressar e regular suas emoções, a inteligência emocional é a habilidade de entender, gerenciar e expressar nossas emoções, bem como de lidar com as emoções dos outros, também além disso, as emoções influenciam o processo de aprendizagem, uma criança está emocionalmente engajada e motivada, ela é mais propensa a se envolver e absorver novas informações, adultos desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento emocional das crianças, através do reconhecer e validar as emoções das crianças, os adultos ajudam a construir um forte vínculo emocional e a ensiná-las a lidar com os desafios emocionais, o importante é apoiar as crianças na expressão adequada e saudável de suas emoções, promovendo um ambiente de apoio e compreensão.

Ao ensinar as pessoas a sintonizarem suas emoções com inteligência e expandir seus círculos de cuidado, podemos transformar as organizações de dentro para fora e fazer uma diferença positiva em nosso mundo (GOLEMAN, 1995, p.115).

As emoções, nossos sentimentos nos informam a relação que temos com o ambiente, com a nossa sociedade, quando estamos com uma emoção criamos um pensamento do que estamos sentindo.

2.5 A CULTURA DA PAZ EM RELAÇÃO ÀS ESCOLAS:

A violência desde os tempos primórdios esteve presente em nossa sociedade, infelizmente atualmente, temos isto em reflexo direto dentro e sala de aula e em ambientes culturais e públicos, seja tal violência, ela física, psicológica, moral, patrimonial, sexual ou verbal.

Sabemos que a paz é um dos alicerces de qualquer relacionamento, mas principalmente no ambiente escolar, por ser um local de aprendizagem, o ambiente precisa proporcionar a segurança necessária aos alunos que ali estão quase todos os dias, desenvolvendo assim uma cultura de paz. A paz nas escolares visa fomentar os valores dos alunos como a tolerância, o respeito, a cooperação e a empatia. O desenvolvimento desta cultura dentro da escola garantirá um ensino de qualidade aos alunos, além de garantir o trabalho dos educadores, de forma coletiva e maneira sistemática, este é o potencial da nova sociedade.

É possível desenvolver projetos que trabalhem a empatia, a tolerância e a escuta ativa para isso, é necessário criar um ambiente que a Cultura de Paz seja algo a ser construído e desenvolvido com base na empatia, tolerância e a escuta ativa, devemos ensinar o cultivo de um diálogo aberto, respeitoso e acolhedor que pode ser feito a partir de reuniões regulares para levantar discussões sobre as questões e preocupações cotidianas dos alunos, alar de cultura de paz nas escolas passa também pela segurança dos alunos, para o que as escolas contratem seguranças.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste artigo foi pesquisa bibliográfica que embasou uma pesquisa-ação com três diferentes grupos de participantes: alunos, professores e pais a partir da temática que emergiu do cotidiano escolar, durante o estágio na disciplina de Gestão Escolar.

Se fomentou através da temática abordada no CMEI Professora Sophia Adamowicz, onde as acadêmicas tiveram pesquisa de campo, análise de temática: cultura para paz e direito de aprendizagem, busca e pesquisa analítica de referencial teórico e embasamento das vivências cotidianas escolares do CMEI, onde foi possível observar alunos e professores.

O tema surgiu da inquietude sobre o conviver como um direito de aprendizagem, através das emoções e valores, afinal “[...] o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2009, p. 21).

Através de um projeto sobre cultura da paz realizado no CMEI Professora Sophia Adamowicz em Ponta Grossa/Paraná, foi estudado em teoria e prática o que os alunos, pais e professores entendiam sobre cultura da paz e seus direitos, inicialmente foi executado uma aula sobre valores e direitos com os alunos do infantil V, aqui trabalhamos o respeito ao

próximo, deveres e direitos através de atividades coletivas e brincadeiras, ao fim das atividades onde exploramos o respeito, a ética e valores com os alunos do infantil V, foi realizado um emocionômetro para analisar as suas emoções depois das atividades em grupo, cada aluno colocou a sua foto no monstrinho da emoção que remetia a sua naquele determinado momento.

Com os pais foi explorado um diálogo sobre vivências, respeitado ao próximo, o protagonismo da criança e o adulto como espelho nas ações da criança no processo de aprendizagem, e explorado o que os pais acreditavam ser os pilares da cultura da paz: respeitar a vida, rejeitar a violência, ser generoso, ouvir para compreender, preservar o planeta e redescobrir a solidariedade; após ouvir e discutir sobre, foi explorado os sentimentos remetendo imagem baseadas nos pilares, como violência, desmatamento e egocentrismo.

Já com os professores foi realizado uma formação através de vivências, onde foi indagados processos anteriores e relatado a devida importância da cultura da paz dentro e fora das escolas, explorando com feedback das aulas com alunos e reunião com os pais, foi possível tracejar uma linha de raciocínio e compreensão do tema, com os professores foi trabalhado dinâmicas de vivência e trocas de experiência.

Foi formulando dúvidas e questões do cotidiano escolar e familiar, que se deu vez a tal pesquisa, pensando e discorrendo como trabalhá-la no ensino – aprendizagem, ao lembrar do conviver em família e escola, não se pode deixar de pensar em trabalhar e desenvolver diversos sentimentos como afetividade e interculturalidade na criança.

Organizou em etapas e buscas para ser enriquecida da melhor forma os conhecimentos prévios sobre a temática abordada, deste modo a pesquisa é uma pesquisa bibliográfica, onde foram consultados diversos autores como Freire (2001), Vera Maria Ferrão Candau (2008), Wallon (1974), entre outros.

Para isso, foram utilizadas diversas pesquisas sobre o tema escolhido para dar o embasamento teórico necessário, pois é necessário que haja a base teórica correta e confiável. Para Kuenzer (1998), ao educador cabe fazer uma leitura do mundo atual e no qual a escola está inserida, para tanto: (...) ao educador compete buscar nas demais áreas do conhecimento as necessárias ferramentas para construir categorias de análise que lhe permita apreender e compreender as diferentes concepções e práticas pedagógicas, *strictu e lato sensu*, que se desenvolvem nas relações sociais e produtivas de cada época; transformar o conhecimento social e historicamente produzido em saber escolar, selecionando e organizando conteúdo a serem trabalhados através de formas metodológicas adequadas; construir formas de organização e gestão dos sistemas de ensino nos vários níveis e modalidades; finalmente, no fazer deste processo de produção de conhecimento, sempre coletivo, participar como um dos



atores da organização de projetos educativos, escolares e não escolares, que expressem o desejo coletivo da sociedade. (KUENZER, 1998).

Dessa forma “os homens de cada período histórico assimilam os resultados científicos das gerações anteriores, desenvolvendo e ampliando alguns aspectos novos”. (CERVO,1983, p. 9).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

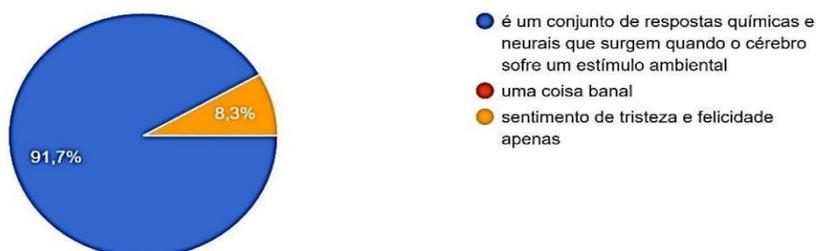
Discutir sobre a cultura da paz no ambiente escolar tem sido uma demanda cada vez mais urgente e deve envolver todos os segmentos que compõe o ambiente escolar: professores, alunos e pais ou responsáveis.

Durante a implementação do projeto de cultura da paz, cuja temática emergiu das demandas do cotidiano escolar, em um CMEI do Município de Ponta Grossa e que serviu de base para a elaboração deste projeto.

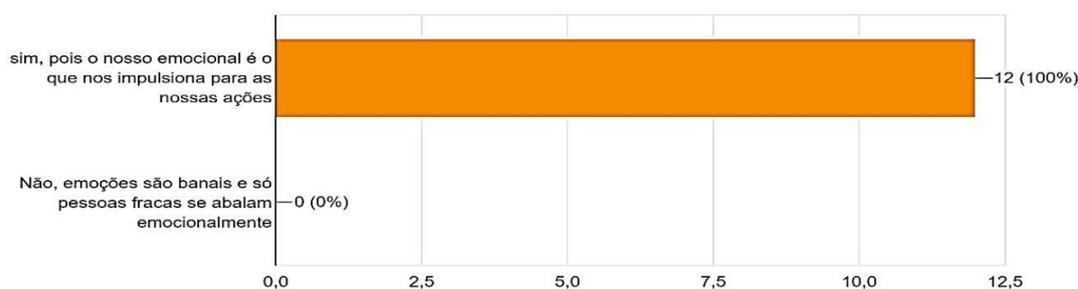
As discussões sobre a temática com o corpo docente, foram direcionadas a um grupo de treze professores. Foram utilizadas diferentes dinâmicas na busca por reconhecer as diferenças e valores de cada um, também compreender tudo o que envolve a cultura da paz na formação da sociedade e está na prática pedagógica como espaço de reflexão sobre a temática.

Durante os momentos de reflexão com os professores, foi possível perceber o envolvimento de todas e a compreensão sobre a relevância do tema.

sobre as emoções:
12 respostas



Identificar as emoções é o primeiro passo para enfrentar o problema.
12 respostas





Outro segmento que se envolveu nas discussões foram os pais ou responsáveis pelos alunos e alunas da turma a qual o projeto se direcionou.

Com este segmento se buscou discutir sobre a relação nas famílias entre pais e filhos, refletir sobre os exemplos que as crianças têm em casa e a influências das ações e palavras presentes no convívio familiar. Também se avaliou o interesse dos pais e responsáveis com o que acontece na escola.

Infelizmente não estiveram presentes os pais ou responsáveis de todos os alunos e alunas da turma, mas o que participaram se envolveram nas dinâmicas e atestaram a importância da discussão sobre a cultura da paz dentro da sala de aula e, muito especialmente, no ambiente familiar.

Quanto ao segmento dos alunos e alunas, estes foram envolvidos em diferentes atividades lúdicas, como uma divertida gincana, varal de histórias e outras brincadeiras.

Durante as atividades foram desenvolvidas habilidades socioemocionais, como empatia, respeito e cooperação.

Ao longo das atividades as crianças se divertiram e refletiram sobre a cultura da paz.

Foi realizado o emocionômetro, onde cada criança colocaria o seu grampo com a sua foto no monstro que correspondia ao seu sentimento naquele momento, esse também serviu como feedback e avaliação das crianças.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante nessa formação na área de educação infantil, percebemos que as crianças só conseguem aprender de forma eficaz quando o processo de ensino e aprendizagem valoriza seu potencial e conhecimento. Os professores devem compreender essas crianças e entender que não basta apenas ensinar conteúdos, é preciso interagir com elas.

Vygotsky enfatizou o papel do contexto histórico e cultural no processo de

desenvolvimento e aprendizagem. Todo aprendizadossó é significativo quando todos valorizam e incentivam os alunos. Podemos concluir que a teoria de Piaget deu uma enorme contribuição para a compreensão do desenvolvimento da aprendizagem humana e como ela se tornou uma forma fundamental de aprender mais sobre os processos cognitivos. Portanto, as leituras de livros nos fornecem o conhecimento para compreender as teorias de aprendizagem em comparação com Jean Piaget e Lev Vygotsky. Analisamos que os dois diferem na sequência dos processos de aprendizagem e desenvolvimento. Para Vygotsky, o primeiro fator deu origem ao segundo, a aprendizagem adequadamente organizada pode promover o desenvolvimento intelectual. Piaget acreditava que é o desenvolvimento progressivo das estruturas intelectuais que nos permite aprender (o estágio pré-operacional ou lógico-formal). Portanto, as crianças devem tornar-se agentes ativos em todo o processo de ensino.

As atividades devem estimular todas as habilidades necessárias para que a aprendizagem seja verdadeiramente significativa. Claro que não podemos esquecer que todo o processo de aprendizagem depende também da família. A unidade familiar e escolar, mas as escolas funcionam muitas vezes isoladas. A cooperação de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem é extremamente necessária, pois é crucial para garantir que as crianças aprendam e desenvolvam a sua aquisição de conhecimentos de forma integrada e significativa.

Todos têm a responsabilidade de garantir que este direito seja garantido e que as crianças tenham um ambiente propício ao seu desenvolvimento integral. Cada criança tem os seus próprios direitos e responsabilidades e os professores e familiares precisam reforçar isto para cada criança, pois isso irá prepará-las para a vida em sociedade.

Os professores precisam buscar desenvolver um trabalho docente que estimule a educação das crianças por meio de atividades significativas, expanda suas capacidades emocionais, afetivas e cognitivas, coloque as crianças em situações imaginárias, reproduza situações reais e torne os jogos mais lembretes de determinadas situações, coisas que você já pensou, em vez de novas situações imaginadas.

Neste estudo aprendemos como viver uma cultura de paz no ambiente escolar, na sala de aula o professor precisa criar um ambiente de convivência entre os alunos, ensinando comportamento e diálogo, a paz é uma troca emocional, incluindo o autoconhecimento.

Os temas abordados neste trabalho são relevantes porque ao trabalhar com crianças é necessário compreender as especificidades e processos de desenvolvimento para adequar conscientemente as intervenções ao desenvolvimento infantil. A necessidade de nos esforçarmos para reconhecer cada criança como sujeito primordial do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, e que a escola é um espaço importante no qual deve ser



buscado um trabalho voltado ao desenvolvimento da criança. priorizando o aprendizado, pois só assim haverá desenvolvimento. Por fim, em uma escala mais ampla, este estudo visa contribuir para o planejamento de programas de formação em educação infantil e para a reformulação de políticas públicas para a educação infantil, uma vez que planos de educação infantil podem ser desenvolvidos a partir da compreensão do funcionamento dos educadores infantis. Intervenções edesenvolvimento de programas de educação continuada que sejam relevantes para a realidade do público e contribuam para a melhoria da educação geral.

Este artigo deixa claro que o direito das crianças à aprendizagem é um tema extremamente importante, pois proporciona às crianças a oportunidade de desenvolver competências cognitivas, sociais e emocionais e prepará-las para enfrentar os desafios do futuro. Também é importante incluir atividades desportivas, artísticas, culturais e sociais para promover o desenvolvimento global da criança. O direito à aprendizagem é um investimento fundamental no futuro das crianças e da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALVES Laís H., et al. **Análise documental e sua contribuição no desenvolvimento da pesquisa científica.** [s.l.:s.n.]. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/download/2335/1440/>>. Acesso em: 7 out. 2023.
- ALVES, Rubem. **A escola ideal: o papel do professor.** Publicado em junho-15-2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch>>. Acesso em: 06 nov 2023.
- BRANDÃO, Carlos R. et al. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 set. 2023.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.** 9394/1996. BRASIL
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017.
- BRASIL. **Diretrizes curriculares da pedagogia.** Brasília. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRITO, Angela. C. U.; KISHIMOTO, Tizuko. M. **A mediação na educação infantil: possibilidade de aprendizagem.** *Educação*, n. 44, p. 1–19, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/36248> . Acesso em: 20 set.2023.
- BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento.** Campinas: São Paulo: Papyrus, 1996.
- CANDAU, Vera M. F. **Somos todos/as iguais: escola, discriminação e educação em direitos humanos.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- CHILD FUND BRASIL. **Deveres da criança: Conheça 11 deveres das crianças que fazem parte do ECA.** Disponível em: <https://www.childfundbrasil.org.br/blog/deveres-da-crianca/>. Acesso em: 7 out. 2023.
- DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação.** 3. edição. São Paulo: Nacional. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira, 1959.
- DUPRET, Leila. **Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea.** *Psicologia escolar e educacional*, v. 6, n. 1, p. 91–96, jun. 2002. Acesso em: 04 de set 2023.
- DUPRET, Leila. **Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/qN7SbH7nMvtnm7qvtcJLL/>. Acesso em: 28 set. 2023.
- EDUCA SC, Redação. **CULTURA DE PAZ NAS ESCOLAS: o que é e como promover no**

ambiente escolar? | educasc. Disponível em: <<https://educasc.com.br/formacao/cultura-de-paz-nas-escolas-o-que-e-e-como-promover-no-ambiente-escolar/>>. Acesso em: 7 out. 2023.

FEDERAL, Governo. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** 1990. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90#art-3>> . Acesso em: 29 set 2023.

FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Ilhéus: Editus. 2000/2001. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/694/o/PNEX.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GOLEMAN, Daniel., et al. **Inteligencia emocional cómo las emociones intervienen en nuestra vida personal y profesional.** Barcelona: Editorial Reverté, 2022.

INOUE, Ana; OLIVEIRA, Cybele Amado; GOUVEIA, Beatriz (Orgs.). **Coordenador Pedagógico – Função, Rotina e Prática.** 2012. Disponível em <http://institutochapada.org.br/livros/Livro%20Coordenador%20Peda%C3%B3gico.pdf> Acesso em: 03 maio de 2023.

KUENZER, Acacia. Z. **A formação de educadores no contexto das mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação.** Educação & sociedade, v. 19, n. 63, p. 105–125, ago. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/qfvGxrH5fhVFSxYmgHPdQyS/?lang=pt>. Acesso em: 7 out. 2023.

LAR ESCOLA. **Direitos e deveres da criança: saiba quais são eles!** Disponível em: <<https://www.larescola.org.br/blog/direitos-e-deveres-da-crianca-saiba-quais-sao-eles/>>. Acesso em: 7 out. 2023.

LURIA, Alexander R. **Alfabetização e Letramento: Explorando Conceitos.** Unesp (1988, p86).

MARQUES, Yuri. **A importância da cultura de paz nas escolas. 15/09/2022.** Disponível em: <https://www.melhorescola.com.br/blog/cultura-de-paz/>. Acesso em: 1 out. 2023.

MOYLES, Janet R. **Só Brincar? O Papel do Brincar na Educação Infantil.** (2002, p 101). Acesso em: 11 set 2023.

NECHI, Lucas. **AULA EM FOCO.** Disponível em: <https://www.aulaemfoco.com.br/loja_detalhes/38>. Acesso em: 7 out. 2023.

NUNES, Ana. O. **OS DESAFIOS DA ESCOLAPÚBLICA PARANAENSE NAPERPECTIVA DO PROFESSOR PDE.** 2011. Disponível em: file:///C:/Users/mmores/Downloads/2014_uepg_ped_artigo_silvani_silva_de_paula.pdf. Acesso em: 19 nov. 2023.

OLIVEIRA, Julia F. **A Escola Vista Pelas Crianças.** Editora Porto, 2011.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz.** 2010. Disponível em: <https://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20uma%20Cultura%20de%20Paz%20-%20ONU.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

REVISTAS ELETRÔNICAS UNIJUÍ. Disponível em: <http://www.revistas.unijui.edu.br/>. Acesso em: 7 out. 2023.

SAE DIGITAL. **Tudo sobre o Ensino Religioso e a BNCC.** Disponível em: <https://sae.digital/ensino-religioso-e-a-bncc/>. Acesso em: 7 out. 2023.

SIQUEIRA, Eliane. **Educação e proposta pedagógica.** [s.l.] editora senac são paulo, 2020. Acesso em: 25 out 2023.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2010. Acesso em: 08 nov 2023.

ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Zona_de_desenvolvimento_proximal&oldid=57910869. Acesso em: 29 mar. 2023.